

O envelhecimento “ativo” e os constrangimentos da sua definição

Oscar Ribeiro¹

Universidade do Porto

Resumo | Considerando a centralidade dos discursos sócio-políticos e académicos em torno do envelhecimento ativo na atualidade, e dada a escassez de reflexões científicas sobre as complexidades que a explicitação do termo “ativo” pode ter, o presente artigo provê uma breve análise crítica do entendimento dado ao conceito, desde a sua alocação aos discursos da saúde até à proeminência dada à sua raiz laboral, económica e produtiva. Com base em estudos que expõem algumas das fragilidades e constrangimentos do modelo que lhe está associado, é exposta a necessidade de dar espaço à subjetividade que o termo congrega e de reconhecer, de modo equilibrado, o contributo social e o impacto pessoal das atividades consideradas para a sua definição.
Palavras-chave: Envelhecimento Ativo; Envelhecimento Produtivo; Lazer; Subjetividade.

Abstract | *Defining “active” ageing: constraints and limitations*
Considering the current centrality of active ageing in contemporary socio-political and academic discourses, and the shortness of available scientific questioning on the complexity of what the term “active” comprises, this paper pays attention to the understanding given to the concept since its allocation in health discourses to the prominence given to its economic and productive conception. Based on studies that critically focus on the hazards and constraints of the active ageing model, we discuss the need for recognizing the subjectivity inherent to the concept while recognizing, in an equilibrated way, both the social contribute and the personal impact of the activities considered for its definition.
Keywords: Active ageing; Productive ageing; Leisure; Subjectivity.

¹ Investigador na Unidade de Investigação e Formação sobre Adultos e Idosos/Instituto de Ciências Biomédicas Abel Salazar – Universidade do Porto (UNIFAI/ICBAS-UP) (Porto, Portugal). Professor Auxiliar no Instituto Superior de Serviço Social do Porto (Porto, Portugal) e Professor Adjunto Convidado na Escola Superior de Saúde da Universidade de Aveiro (Aveiro, Portugal). *E-mail:* oribeiro@ua.pt

Resumé

Le vieillissement “actif” et les contraintes associées à sa définition

Considérant la focalisation des discours sociopolitiques et académiques dans le vieillissement actif à nos jours, et compte tenu de la pénurie de réflexions scientifiques sur les complexités autour du mot “actif”, le présent article pourvoit une brève analyse critique du sens apporté à ce concept dès son affectation aux discours sur la santé jusqu’à l’importance accordée à sa base économique et productive. Basé sur des études qui dévoilent certaines faiblesses et contraintes du modèle associé à ce concept, cet essai expose le besoin de réfléchir sur sa subjectivité e de reconnaître de façon équilibrée la contribution sociale bien que l’impact social des activités considérées pour sa définition.

Mots-clés: Vieillissement actif, Vieillissement productif, Loisir, Subjectivité.

Resumen

El envejecimiento “activo” y las limitaciones asociadas a su definición

Teniendo en cuenta el enfoque de sociopolítica del discurso académico y el envejecimiento activo hoy, y dada la escasez de pensamiento científico sobre las complejidades de la palabra “activo”, este artículo ofrece un breve análisis crítico del significado que se asigna al concepto desde al discurso de la salud con el énfasis en su base económica y productiva. Con base en estudios que revelan algunas debilidades y limitaciones del modelo asociado a este concepto, se expone la necesidad de reflexionar sobre su subjetividad e reconocer una contribución social equilibrada que el impacto social de las atividades que intervienen en su definición.

Palabras-clave: Envejecimiento activo; Envejecimiento productivo; Ocio; Subjetividad.

Introdução

O envelhecimento ativo constitui, atualmente, um conceito científico complexo, um propósito para a maioria das pessoas e um indiscutível objetivo político. Enquanto modelo central de intervenção nas sociedades ocidentais que enfrentam o fenómeno do envelhecimento demográfico, inclui, na sua génese, premissas clássicas no âmbito da gerontologia, como as relativas à Teoria da Atividade, e preconiza a participação contínua dos mais velhos na sociedade, enfatizando a competência e os conhecimentos deste grupo e o seu potencial enquanto recurso vital para a sociedade. Assume-se, na sua globalidade, como um novo paradigma destinado a alterar a perspetiva e os estereótipos negativos associados aos mais velhos (Fernández-Ballesteros, 2011), e

constitui parte integrante de uma visão sócio-política, na qual a garantia dos direitos humanos permitirá que o número crescente de pessoas idosas permaneça saudável (reduzindo a sobrecarga dos sistemas de apoio social e de saúde), se mantenha no mercado de trabalho por um período mais longo (reduzindo os custos no sistema de pensões), ao mesmo tempo que participa nos processos políticos e comunitários do quotidiano (exercendo o seu direito de cidadania).

O termo “ativo”, amplamente defendido nos múltiplos documentos contemporâneos relacionados com a temática do envelhecimento, não deixa, todavia, de estar relativamente ausente de reflexões científicas aprofundadas, sobretudo quando comparado ao acervo de trabalhos existentes sobre outros conceitos que lhe são próximos, como o de envelhecimento “saudável” e “bem-sucedido” (cf. Almeida, 2007; Fernández-Ballesteros, 2009). Na verdade, se é evidente que o envelhecimento saudável constitui um termo consolidado dentro do contexto biomédico e que o envelhecimento bem-sucedido é o termo mais difundido na literatura psicológica e social de onde emanam modelos teóricos amplamente aceites como o modelo SOC – *Otimização Seleção e Compensação* – (Baltes e Baltes, 1990) e os componentes definitórios de “sucesso”, de Rowe e Kahn (Rowe e Kahn, 1997), o conceito de envelhecimento ativo revela-se comparativamente parco na sua problematização em escritos académicos (Boudiny, 2012). Tal dever-se-á, em parte, à recenticidade da sua afirmação (associada, há apenas pouco mais de uma década, às comemorações do Ano Europeu das Pessoas Idosas e depois ao II Plano Internacional de Ação sobre o Envelhecimento das Nações Unidas e ao documento “*Active Ageing*”, publicado pela Organização Mundial de Saúde) e ao ainda mais recente interesse crítico que tem vindo a despertar pelo seu carácter abrangente ou, nalguns casos, tido como retórico.

Com efeito, o conceito de envelhecimento ativo tem sido cada vez mais incorporado em discursos sócio-políticos e tem servido como referência em muitos países europeus que introduzem as recomendações do modelo nos seus planos nacionais de saúde e nas agendas de ação social, mas sem que o termo qualificativo “ativo” elicite, *per se*, tanta discussão científica quanto se poderia presumir (cf. Hutchison, Morrison e Mikhailovich, 2006). Assim, se alguns autores parecem subscrever o uso do termo de modo natural sem dele fazer eco em problematizações nacionais, já que nele vêm axiomáticamente preconizado o conteúdo dos outros termos que veiculam uma imagem positiva do envelhecimento, nomeadamente no que concerne à participação e

inclusão social, outros autores há que reiteram o quão ele se afigura nebuloso e inespecífico (e.g. Boudiny e Mortelmans, 2011; Marhánková, 2011; Ranzijn, 2010), que enfatizam as suas limitações operacionais decorrentes dos vários agentes que o definem (e.g. Almeida, 2007), e que expõem, inclusive, as suas possíveis repercussões negativas, de índole opressiva, ao preconizar ideais de funcionamento nem sempre atingíveis pela população idosa (e.g. Holstein e Minkler, 2007).

Segundo alguns destes autores, a convicção de que “estar ativo” ou “permanecer ativo” são suficientemente claros e óbvios tem secundarizado a necessidade de explicitar aquilo que está em causa ou o que o conceito efetivamente abarca. Ou seja, tem-se delegado para um plano secundário a necessidade, por um lado, de esmiuçar o entendimento, potencialmente divergente, que políticos, profissionais, investigadores e o senso comum poderão ter do termo e, por outro, a necessidade de colocar esta designação numa esfera mais abrangente do que aquela eminentemente relacionada com o mercado de trabalho, que se preocupa sobretudo com os idosos “mais novos” (legitimando amplas discussões em torno do prolongamento da vida ativa e da passagem à reforma) e onde a distinção entre comportamentos “ativos” e “passivos” resultará, eventualmente, tão problemática quanto a definição das pessoas que personifiquem de modo claro esse envelhecimento.

O presente artigo debruça-se especificamente sobre a noção de envelhecimento “ativo” e procura problematizar o seu entendimento, desde a conceptualização avançada pela Organização Mundial de Saúde (OMS) até às contingências sócio-económicas inerentes a uma sua associação ao conceito de envelhecimento produtivo, mais próximo do sentido dado pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE). Não tendo como objetivo realizar uma discussão extensa sobre os méritos e as limitações relativas a estas definições tidas por alguns autores como complementares (Avramov e Maskova, 2003), nem tão pouco relativos a outros termos que lhe estão associados, como seja o de envelhecimento “bem-sucedido”, “saudável”, “positivo” ou “ótimo” (reflexões, de resto, já existentes na literatura científica, inclusive no contexto Português ou com contributo de investigadores nacionais – e.g. Almeida, 2007; Fernández-Ballesteros *et al.*, 2010; Simões, 2011), trata-se de um texto em que se coloca em análise crítica algumas complexidades presentes da definição de “ativo”, a relevância da componente social e subjetiva que lhe está inerente e, finalmente, a

extensão e os possíveis constrangimentos da sua aplicabilidade no quotidiano de grupos específicos como o das pessoas muito idosas.

1. O envelhecimento ativo segundo a Organização Mundial de Saúde

1.1. Pilares, determinantes e constituintes

Sobejamente referenciado como um processo de “otimização de oportunidades de saúde, participação e segurança visando melhorar a qualidade de vida à medida que as pessoas envelhecem” (World Health Organization, 2002: 12), a definição de envelhecimento ativo adotada pela OMS, no fim da década de 90, estabelece uma clara relação entre as oportunidades de saúde e a qualidade de vida atingível pelas pessoas no seu processo de envelhecimento. À luz desta descrição, as políticas que incentivem atividades e ambientes elicitadores de estados de saúde positivos são encorajadas no sentido de aumentarem qualidade e anos à vida, de promoverem autonomia e independência, reduzindo, em simultâneo, os custos no sistema de saúde. Porém, nesta definição da OMS, o conceito inclui uma preocupação mais abrangente do que aquela relacionada com a saúde, que é entendida numa perspetiva que aglutina o bem-estar físico, social e mental. Na verdade, afigurando-se esta como o seu primeiro pilar, outros dois surgem como fundamentais na estruturação do conceito: o de participação social e o de segurança.

A participação social congrega a otimização de atividades relacionadas com a esfera social, como o emprego, a vida política, a educação, as artes e a religião, onde medidas e programas destinados a aumentar o carácter contributivo das pessoas à sociedade é incentivado; a segurança, por sua vez, congrega a ideia de proteção, dignidade e cuidados, remetendo mais particularmente para as necessidades especiais da população idosa. Em associação, duas conceptualizações teóricas sustentam o modelo: uma perspetiva de ciclo de vida e a existência de vários determinantes de ordem pessoal (fatores biológicos, genéticos e psicológicos), comportamentais (estilos de vida saudável e participação no cuidado da própria saúde), de ordem económica (rendimentos, proteção social, oportunidades de trabalho digno), relativos ao meio físico (acessibilidade a serviços de transporte, moradias e vizinhança segura e apropriada, água limpa, ar puro e alimentos seguros), sociais (apoio social, educação e alfabetização, prevenção de violência e abuso) e, finalmente, relativos aos serviços sociais e de saúde (acessíveis e de qualidade, orientados para a promoção da saúde e

prevenção de doenças). A cultura e o género, de incontornável importância na definição do envelhecer diferencial dentro da universalidade do processo, surgem como determinantes transversais, sendo que no modelo também se reconhece a centralidade de outros conceitos como o de autonomia, independência, expectativa de vida saudável e qualidade de vida (World Health Organization, 2002).

Um dos aspetos considerado fulcral na complexidade associada a este modelo de envelhecimento, e por inerência ao termo “ativo” que o qualifica, recai no facto de combinar preocupações políticas/éticas (normativas) e científicas (descritivas/explicativas). Na opinião de Stenner, McFarquhar e Bowling (2011), se, por um lado, é apresentado e descrito um processo influenciado por múltiplos “determinantes” cujos efeitos podem ser empiricamente deslindados através de pesquisas científicas, por outro lado, o termo faz explicitamente parte de uma estratégia política de reinvenção do significado de envelhecer e de análise de questões elementares como aquelas relacionadas com os direitos e deveres dos cidadãos. Neste contexto, importa reforçar o carácter de mútua responsabilidade presente no modelo e que, num balanço de deveres e obrigações, postula a autorresponsabilização individual no atingir de níveis de funcionamento mais elevado (e.g. através do usufruto das oportunidades que são dadas aos indivíduos ao nível educativo, de participação social, de promoção do seu bem-estar e estado de saúde), ao mesmo tempo que coloca nos decisores políticos, nos sistemas sociais e de saúde, a responsabilidade de promover respostas que tornem as opções por um estilo de vida saudável, ou ativo, a melhor e “de mais fácil escolha” para os indivíduos (Ribeiro e Paúl, 2011).

1.2. O *explanands* e o *explanandum* do conceito

Pese embora o estabelecimento oficial do modelo de envelhecimento ativo se afigurar como uma estratégia política fundamental um pouco por toda a Europa, importa destacar que os esforços para prover evidência empírica à abrangência do conceito são limitados e difíceis de operacionalizar. Na opinião de Fernández-Ballesteros (2009), parte das dificuldades radica na confusão entre o *explanandum* e o *explanands* do conceito. Segundo esta investigadora, além da sua difícil dissociação em relação aos múltiplos outros termos que proliferam na literatura, será a intrincada ligação estabelecida com noções de grande amplitude como a “satisfação de vida” e a “qualidade de vida” o fator que tornará particularmente difícil a distinção entre o

conceito, os elementos que aglutina e os aspetos que o determinam. Boudiny (2012) reforça a existência desta dificuldade ao enfatizar a falta de clareza entre aquilo que serão os constituintes do envelhecimento ativo e os seus determinantes, destacando, entre outros constrangimentos, os que estão associados à incorporação de noções de “saúde” e “independência” e a sua relação com o engajamento em determinadas atividades, desconsiderando, por vezes, distinções cruciais entre o potencial para a realização de atividades e sua realização *efetiva*. Mercê deste emaranhado conceptual e de demarcação nocional, vislumbra-se como um desafio particularmente exigente examinar a validade do modelo proposto pela OMS, nomeadamente o seu potencial empírico na determinação da qualidade de vida já que não se pode considerar com certeza absoluta uma causalidade sem se ter uma “variável dependente” clara, à semelhança do que ocorre, por exemplo, com outras designações (e.g. critérios para casos de envelhecimento “bem-sucedido” vs “mal-sucedido”).

A este propósito, a própria definição da OMS parece apresentar uma visão demasiado abrangente que tenta incorporar múltiplas dimensões da vida sem deixar claro qual poderá ser a mais importante. Alegar-se-á, porém, que a centralidade deste conceito enquanto compromisso político não radica na determinação destas relações de causalidade, mas sim no reconhecimento dos fatores influentes a trabalhar numa lógica de intervenção e de promoção ao longo da vida. Desde um ponto de vista científico, serão, de resto, múltiplas as evidências do contributo de cada um desses determinantes na saúde e na qualidade de vida das populações, pelo que em causa estará, sobretudo, a sua inter-relação e a extensão do seu poder de influência. Alguns esforços no deslindar desses processos têm sido realizados nacional e internacionalmente (eg. Buys e Miller, 2012; Paúl, Ribeiro e Teixeira, 2012), inclusive com enfoque no grupo dos muito idosos (Farias e Santos, 2012; Ribeiro, Paúl e Teixeira, 2011), mas as dificuldades de avaliar de modo harmonioso, eficaz e consensual o conceito e seus determinantes (seja com recurso a um único instrumento ou a vários indicadores) mantêm-se como um grande constrangimento.

Independentemente destes esforços e da reconhecida complexidade associada à mensuração do envelhecimento ativo e ao deslindar das relações entre os elementos que o conceito engloba, alguns autores reforçam o quanto “a adoção desta terminologia noutros contextos surge muitas vezes mais ‘livre’, nem sempre explicitando o racional subjacente e/ou sendo empregue numa aceção bem mais estrita do que a proposta pela

OMS” (Almeida, 2007: 20). Em face a isso, se, de facto, a abrangência do conceito e a explícita referência às suas múltiplas vertentes e determinantes constitui uma das grandes virtualidades do modelo, esta sua característica positiva facilmente se perderá nas apropriações mais usuais (e convenientes) do termo que o circunscreverão a questões como o exercício físico e a funcionalidade (se radicados em discursos da saúde), ou a questões sobre o prolongamento da vida ativa, onde a relevância da componente económica e social é (ainda) assumida como central.

2. A extensão social do envelhecimento ativo

2.1. O compromisso político e a proeminente raiz laboral e económica do termo

O compromisso político com o envelhecimento ativo reflete, hoje, uma posição de inegável destaque na agenda política Europeia, a qual é visível na comemoração do Ano Europeu do Envelhecimento Ativo e Solidariedade entre Gerações (EU, 2012), na enunciação de várias iniciativas para a sua promoção por agentes locais e regionais (EU, 2011) e nas declarações de compromisso e recomendações apresentadas pelos vários países da Europa, dos quais Portugal não é exceção². No entanto, uma leitura transversal destes documentos evidencia a preponderância de uma abordagem centrada na participação e no contributo das pessoas mais velhas na/para a sociedade, e uma preocupação com o mercado de trabalho, nomeadamente pela criação de oportunidades de emprego e pelo desenvolvimento de condições ajustadas de transição para a reforma (Walker, 2008). Por outro lado, denuncia, ao acoplar-se oficialmente a uma preocupação com a solidariedade entre gerações, a preocupação de reforçar a promoção junto das gerações mais novas de uma imagem positiva dos mais velhos.

Na opinião de Walker (2008), a adoção de uma visão compreensiva e multidimensional do envelhecimento ativo promovida pela OMS providenciou dois importantes contributos aos discursos políticos europeus sobre o envelhecimento: em primeiro lugar, direccionou o conceito para uma esfera capaz de englobar todos os fatores que contribuem para o bem-estar dos indivíduos e, em segundo lugar, enfatizou

² Veja-se, a título de exemplo, no nosso país, a recente resolução da Assembleia da República nº 61/2012 que sistematiza um conjunto de cinco recomendações ao Governo, no sentido de promover o envelhecimento ativo através da dinamização de ações de saúde (rastreios), da revisão de legislação relativa à rede social, do incentivo e valorização do voluntariado sénior e de vizinhança, e de esforços de generalização da utilização de tecnologias pela população mais velha.

a importância de uma perspectiva de ciclo de vida. Porém, apesar destes contributos, o discurso manteve-se, durante muito tempo, centrado em aspetos específicos da saúde e numa convergência reflexiva em torno do grupo dos adultos maiores, ecoando a herança de uma alocação do termo a uma organização de saúde e uma preocupação eminente com o grupo etário dos mais velhos, em significativo crescimento. Conservando-se, de algum modo, este último enfoque, o recorrente destaque atribuído à raiz laboral e económica do termo (decorrente das preocupações com as dinâmicas do mercado de trabalho e com o desempenho de atividades de valor social reconhecido), continuaram a fazer do envelhecimento ativo um instrumento essencialmente de participação económica. Neste contexto, a sua vinculação com um carácter eminentemente produtivo, com destaque para o valor social dos contributos dos mais velhos, manteve-se muito presente, fazendo ecoar a centralidade prévia do designado “envelhecimento produtivo”.

2.2. O legado do envelhecimento produtivo e o contributo familiar dos mais velhos

Hoje alguns autores reconhecem que, enquanto objeto de análise por parte de áreas como a sociologia, o conceito de envelhecimento ativo parece carecer de um equacionamento sociológico próprio (Machado, 2007), apesar de serem vários os esforços realizados no sentido de analisar o modo de criação e de distribuição das oportunidades de saúde, de participação e de segurança, como seja a sua natureza socialmente assimétrica, o seu real alcance e formas de apropriação, ou os contextos sociais e ambientais em que as oportunidades se concretizam. Lopes e Gonçalves (2012), por exemplo, num recente contributo reflexivo acerca de alguns destes assuntos, e tendo como pano de fundo a realidade portuguesa, analisaram os desafios do envelhecimento demográfico expondo questões relativas ao prolongamento da vida ativa dos trabalhadores mais velhos, mas também, e sobretudo, outras dinâmicas que dizem respeito às relações familiares, designadamente às transferências intergeracionais e ao papel ativo do indivíduo idoso na rede familiar. Aqui os autores destacaram não só a perniciosa tendência de homogeneização do grupo dos mais velhos (refletida na sua definição como maioritariamente consumidor de recursos familiares), mas a desconsideração do que as pessoas idosas ativas representam enquanto recurso para as gerações mais novas, nomeadamente enquanto cuidadores de crianças e adolescentes, e onde se afiguram o sustentáculo de uma série de modos de vida que, em contexto de

crise e recuo do Estado-Providência, estariam de outra forma sob tensão acrescida. Ao destacar estas potencialidades, pouco discutidas na literatura científica e, menos ainda, na agenda da discussão política, concluem, com evidência empírica, pela crucial necessidade de pensar o papel do idoso “à luz do alcance social que previsivelmente tem e terá, num contexto de retração dos mecanismos formais de apoio às famílias, de apoio à infância e juventude, de apoio à mulher trabalhadora” (Lopes e Gonçalves, 2012: 223).

Fazendo eco desta atenção menor atribuída aos contributos “escondidos” da população mais velha, num trabalho recentemente publicado que assume uma perspetiva crítica acerca das múltiplas definições atribuídas ao conceito de “envelhecimento ativo” desde a sua introdução nos discursos sociopolíticos, Boudiny e Mortelmans (2011) expõem os perigos de interpretar o conceito exclusivamente à luz das dinâmicas do mercado de trabalho. Assim, e apesar de definições mais abrangentes de “envelhecimento produtivo” chegarem a incluir atividades como o voluntariado, as relações intergeracionais, ou mesmo a participação em organizações políticas e de apoio social (cf. Martin, Guedes, Gonçalves e Cabral-Pinto, 2006), numa abrangência que se reflete, por si só, eficaz na dissipação de uma imagem dos mais velhos como dependentes ou meros recetores de cuidados, a verdade é que esta incorporação parece dar continuidade a uma leitura demasiado economicista do termo, remetendo para um plano secundário tarefas socialmente pouco valorizadas, como as atividades domésticas que podem apresentar ganhos para o bem-estar do indivíduo e ter contributos relevantes na economia familiar. Fernández-Ballesteros *et al.* (2011) ao analisar dados do Estudo Longitudinal sobre Envelhecimento Ativo (ELEA) conduzido em Espanha, procuraram, precisamente, contrariar esta posição, denunciando, à semelhança da análise portuguesa anteriormente referida, a importância das pessoas mais velhas no cuidado de outros adultos e filhos e o seu contributo em atividades não remuneradas que expressam a sua importância enquanto capital social.

2.3. O lazer e o manter-se “ativo” enquanto compromisso social

Em linha com o reconhecimento do contributo ativo dos mais velhos nas dinâmicas familiares, e subscrevendo a aproximação avançada por Avramov e Maskova (2003), que incluem na sua conceção de envelhecimento ativo o trabalho doméstico e também as atividades de lazer, surge pertinente tecer algumas considerações

diferenciadas sobre estas últimas. As atividades de lazer, incorporando *hobbies*, desporto, viagens, atividades criativas, entre outras, constituem um aspeto frequentemente marginalizado pelo seu carácter “não produtivo”, mantendo-se, como tal, obscurecida a sua importância no quotidiano dos mais velhos, nomeadamente ao nível dos seus benefícios pessoais decorrentes da manutenção de redes sociais, de prover a manutenção de estados de saúde física, bem-estar e, inclusive, de proteção contra o declínio cognitivo. Na opinião de Boudiny e Mortelmans (2011), a exclusão recorrente do lazer das definições de envelhecimento ativo indica que este conceito é definido, primeiramente, tendo em vista o interesse da sociedade e não o do sujeito. Negligenciá-lo enquanto uma importante alocação de tempo no grupo dos mais velhos é, asseveram os autores, restringir meios alternativos de desenvolvimento pessoal e social porque não inscritos numa lógica de trabalho, seja ele remunerado ou não. Adicionalmente, poderá ser uma forma de negligenciar um campo de ação e de intervenção capaz de impulsionar (in)diretamente o mercado de trabalho de alguns serviços gerontológicos, além de que pode levantar questões de resposta ambígua acerca daquilo que poderá ser considerado uma atividade “ativa” ou “passiva” já que vários investigadores tendem a reservar o primeiro rótulo apenas para usos elitistas de lazer, no qual ver televisão, por exemplo, surge como uma atividade passiva, apesar de alguns estudos qualitativos darem conta de que a sua qualificação como tarefa ativa ou passiva depende do programa em causa e respetiva exigência intelectual (cf. Boudiny, 2012; Boudiny e Mortelmans, 2011).

Com o interesse de perceber o modo como a noção de envelhecimento ativo é construída e as implicações que apresenta no que concerne ao modo como os idosos a relacionam com as suas experiências de envelhecimento, Marhánková (2011) conduziu um estudo etnográfico com utentes de centros de atividades recreativas e educacionais. Os seus resultados revelaram que o compromisso de se “manter ativo” se associa a um estilo de vida desejável, algo que se deve trabalhar continuamente e que não é apenas apresentado como uma autorresponsabilidade em relação à própria saúde, mas também como uma responsabilidade em relação aos outros. O discurso encontrado nas entrevistas apresenta, segundo esta investigadora, um resultado interessante: o envelhecimento ativo é, por um lado, fecundo no sentido em que oferece uma oportunidade para alterar imagens negativas do envelhecimento mas impõe, em certa medida, um conjunto de requisitos aos seniores, como seja o de se manterem ativos sob a égide de uma dimensão ética – a de que tal significará também ser um “bom cidadão”.

Consonante com este resultado que revela o modo como o discurso sobre envelhecimento ativo molda concepções de estilos de vida, Venn e Arber (2011) tomaram como objeto de estudo as habituais sextas realizadas pela população idosa. Estas investigadoras exploraram os significados deste comportamento para um grupo de idosos e o modo como atitudes e práticas de envelhecimento ativo lhe estariam associados, e deram conta que o desejo de se manterem ativos conduziu a duas atitudes dicotómicas em relação às sextas: uns realizam-nas por reconhecerem a diminuição de energia na velhice, reconhecendo os benefícios daquele sono diurno para os manter ativos; ao invés, outros revelaram clara resistência à sua realização por considerar essa atividade “improdutiva” e um marcador negativo do envelhecimento, desconsiderando os benefícios pessoais em detrimento da representação social associada a este comportamento.

Destes escassos exemplos acerca do caráter social e distintivo do que é estar ou manter-se ativo que emanam de comportamentos oriundos do quotidiano dos mais velhos, algumas questões apresentam particular relevância, nomeadamente a de que o caráter aparentemente “produtivo” de uma tarefa, bem como o seu valor social têm implicações na sua consideração como algo integrante na representação tida de “ativo”. Sê-lo-ão também relevantes as considerações acerca dos fenómenos de exclusão de quem apenas realiza atividades consideradas “passivas”, de quem não está à altura do que o termo “ativo” preconiza e, sobretudo, do inexorável caráter subjetivo do que temos vindo a expor.

3. A subjetividade do termo “ativo” e as suas concepções leigas

O estudo das concepções leigas associadas ao envelhecimento ativo tem como objetivo testar a validade e a relevância de medidas políticas junto da população idosa a quem se destinam, conforme assevera Bowling (2009). Mas servirá também o propósito de apurar as perspetivas e interesses a privilegiar aquando da programação de bens e serviços e de conhecer, em profundidade, a abrangência do conceito no quotidiano das pessoas mais velhas, já que as suas definições de “ativo” poderão distar dos referenciais apologizados nos referenciais políticos (os quais são, muitas vezes, vocacionados para objetivos económicos, como vimos), ou das definições e das expectativas avançadas por agentes de planificação de serviços e por investigadores oriundos de várias áreas do conhecimento.

Algo emergente nos últimos anos, este tipo de estudos que procura descortinar o entendimento subjetivo dado ao termo “ativo” não deixa de se revelar um campo demasiado novo em face do carácter sócio-político que o conceito de envelhecimento ativo já tem estabelecido, mas também em comparação ao número de trabalhos similares disponíveis para as definições de “envelhecimento bem-sucedido” (Bowling, 2009). Na verdade, em relação a este são múltiplas as investigações que, ora contrastam as definições dos investigadores com as da população idosa (e.g. Bowling, 2006; Phelan e Larson, 2002; Phelan, Anderson, LaCroix e Larson, 2004; Strawbridge, Wallhagen e Cohen, 2002), ora avaliam a extensão da aplicabilidade dos critérios em grandes amostras (Faber *et al.*, 2008; Hank, 2010) e em grupos tão exclusivos como o dos idosos centenários (e.g. Gondo, 2012). Alguns artigos de revisão, já considerados clássicos para o entendimento daquele conceito (e.g. Depp e Jeste, 2006), servem também para evidenciar a escassez de reflexões similares para a definição popular de envelhecimento “ativo” e para o entendimento ulterior de quem se percebe como tal no seu envelhecer.

Uma breve incursão por alguns dos poucos trabalhos realizados a este nível permite tirar algumas conclusões importantes. Bowling (2008), por exemplo, conduziu um estudo com 337 idosos britânicos com idades iguais e superiores a 65 anos e reportou que o conceito de envelhecimento ativo se encontrava, principalmente, associado à saúde física e funcionalidade (43%) e às atividades sociais e de lazer (34%), seguindo-se a sua relação com a atividade mental (18%) e aos relacionamentos e contactos sociais (15%). De um modo geral, um terço dos respondentes considerava-se “muito ativos”, e cerca de metade “razoavelmente ativos”. Um ano depois, a mesma autora, num estudo realizado com vários grupos étnicos, destacou, entre várias particularidades intergrupos, que a visão de envelhecimento ativo mais mencionada referia-se ao exercício físico com vista a manter a saúde, associando-se-lhe outras dimensões como as relações sociais e o engajamento social, e o funcionamento psicológico e mental (Bowling, 2009). A autora evidenciou também a escassa referência ao trabalho, em contraste com a centralidade que lhe é habitualmente atribuída nos discursos políticos, e o carácter contínuo e dinâmico do conceito ativo traduzível nas verbalizações sobre a manutenção ativa do estado de saúde. Este último aspeto já havia sido anteriormente mencionado por Clarke e Warren (2007) que, num estudo qualitativo com recurso a entrevistas biográficas, deram conta da relevância de uma perspectiva

subjéctiva e dinâmica da noção de envelhecimento ativo, imprimindo-lhe um carácter actual (viver para o agora) e contínuo (um dia de cada vez), ultrapassando a importância atribuída ao funcionamento físico e a outros factores estruturais.

Mais recentemente, num estudo também qualitativo que procurou analisar a compreensão do conceito de envelhecimento ativo numa amostra britânica de idosos com 72+ anos, Stenner, McFarquhar e Bowling (2011) expuseram o complexo compósito de factores que a definição congrega. Estes autores revelaram que a maior parte dos inquiridos referiram que a actividade física, mas também a autonomia, o interesse pela vida, o lidar com os desafios e o manter-se em contacto com o mundo foram considerados aspectos importantes. O resultado apontado como mais relevante foi, contudo, o facto de a noção de “movimento” ou “participação” ser relegada para um plano em que o destaque é atribuído antes ao valor que as actividades têm, à importância de se viver de acordo com as normas pessoais e, finalmente, à dinâmica de evitamento de uma passividade associada ao termo “ser velho”.

Estes estudos denunciam, de um modo global, não só a centralidade permanente do tópico “saúde” na definição pessoal de envelhecimento ativo, mas também a tendência para uma multiplicidade de aspectos associados ao termo. Congregam, implicitamente, uma crítica à visão determinista do modelo da OMS que, ao retirar a relevância subjéctiva ao termo, se tem limitado a apresentá-lo como uma listagem de variáveis objectivamente mensuráveis. São estudos que reafirmam, em complementaridade, a necessidade de uma aproximação psicossocial às atitudes e expectativas das pessoas, e de equacionar, de modo analítico, a extensão da sua aplicabilidade e os “perigos” potencialmente inerentes a uma definição demasiado objectiva e redutora daquilo que poderá ser, ou não, relevante em termos da sua promoção.

4. A extensão do conceito e seus possíveis constrangimentos

Conforme se tem vindo a expor, o envelhecimento ativo pode ser abordado a partir de várias perspectivas que tendem a fazer da “actividade” o elemento estruturante para a rutura face ao binómio envelhecimento-incapacidade e que fazem da participação social e económica das pessoas mais velhas um tópico central de avaliação. Se ambas as perspectivas poderão ser complementares, e potencialmente enriquecidas pelos aportes subjéctivos que lhe podem ser impressos, elas também incorrem em contradições e

exigem políticas sociais coerentes e sustentadas³. Porém, numa perspetiva integradora e crítica acerca dos constrangimentos comuns que lhe podem ser atribuídos, evidenciam-se os riscos opressivos que o conceito pode trazer consigo ao determinar padrões e/ou perfis demasiado restritivos e a possível marginalização de indivíduos que não pertencendo a grupos culturalmente dominantes poderão ver reduzidas as possibilidades de integrar a representação coletiva desse modelo positivo de envelhecer.

Assim, se por um lado podemos estar perante uma estratégia política que corre o risco de se afigurar coerciva já que veiculante de uma “obrigação” de tirar partido das oportunidades que são disponibilizadas às pessoas para se manterem ativas (e.g. oportunidades de educação e formação), podemos, por outro lado, estar perante um efeito potencialmente contraproducente do termo “ativo”, já que difunde um referencial que desvaloriza aqueles que não estarão à altura desses ideais, por estarem à margem das atividades reconhecidas como produtivas e/ou de relevância económica, e por apresentarem limitações físicas características das etapas mais avançadas da vida (Boudiny, 2012; Holstein e Minkler, 2007). Aqui resulta particularmente preocupante o afastamento que o conceito preconiza em relação à realidade da população muito idosa (75+ anos), na medida em que esta, ao apresentar uma elevada probabilidade de perdas significativas a nível cognitivo e físico, e ao revelar preferência por atividades não produtivas, poderá ver comprometido, desde logo, o preenchimento de requisitos elementares de um envelhecimento “ativo” (Boudiny, 2012). Complementarmente, um carácter demasiado restritivo e ambicioso do termo que não reconheça potenciais de otimização adaptativa individuais (sobretudo em contextos e populações fragilizadas) pode gerar novas formas de idadeísmo, na qual o medo de envelhecer é substituído pelo medo de envelhecer com incapacidade, improdutivo, e à margem do idealizado, no qual idosos dependentes sofrerão discriminação (Angus e Reeve, 2006). Como refere Almeida (2007), na definição de um “bom” envelhecimento, a centração numa perspectiva processual permitirá um carácter mais universal do que o foco em resultados, pelo que, nesse sentido, perante a necessidade de recorrer a preceitos de êxito objetivamente identificáveis, talvez estes devam ser variados e flexíveis, capazes de incluir harmoniosamente perspetivas (sociais, científicas, pessoais), critérios (objetivos e subjetivos) e normas (funcionais, estatísticas ou ideais).

³ Ver a este propósito as reflexões de Gil (2007) sobre as complementaridades e contradições atribuídas ao envelhecimento ativo.

Esta posição será extensível, não só aos vários subgrupos etários que caracterizam a população idosa, mas também aos grupos minoritários que poderão subscrever entendimentos do envelhecer e da velhice particulares, e que poderão também ser confrontados com barreiras significativas para conseguir um envelhecimento ativo presente no discurso político e social dominante. A este propósito, Ranzijn (2010) levanta precisamente algumas questões acerca da possível desvalorização que o conceito pode fazer das experiências de grupos específicos de idosos considerados em desvantagem. Ilustrando esta perspetiva com um estudo de caso realizado com a população aborígine do sul da Austrália, este investigador questiona a relevância nocial do envelhecimento ativo para esta população, alegando que paradigmas alternativos de envelhecimento poderão resultar mais ajustados às especificidades culturais desta população. Refere-se, em particular, às clivagens associadas à visão do envelhecimento (e.g. valor da independência, autonomia e autossuficiência característico das culturas ocidentais e seu contraste com outras prioridades do povo aborígine) e que poderão fazer de conceções menos deterministas do que aquelas relativas à “atividade”, mais capazes de capturar a diversidade do envelhecimento e de promover a inclusão social.

De um modo geral, assegurar um modelo/conceito universal de envelhecimento ativo que assegure critérios e padrões exteriores ao sujeito e eminentemente objetivos ignorará, certamente, a heterogeneidade existente e negará às pessoas, comunidades e culturas que se afastam dessa norma a validade da sua própria perspetiva (Almeida, 2007). Antes, porém, de dar um espaço excessivo à subjetividade, importará ter em mente a necessidade de, ao prestar atenção à multidimensionalidade do conceito, reconhecer de modo equilibrado o contributo social e o impacto pessoal das atividades consideradas para sua definição.

Considerações Finais

A designação de envelhecimento ativo representa o culminar de um longo processo de deliberação e de discussão com aportes de várias perspetivas e domínios científicos, de onde se reconhece a centralidade dos contributos da Psicologia (cf. Fernández-Ballesteros, 2009), mas que denuncia hoje a influência incontornável de uma ótica de leitura centrada numa perspetiva económica. Se a noção de “atividade” presente na conceptualização de envelhecimento ativo está associada à de participação (social,

económica, cultural, espiritual e cívica) que ultrapassa conotações simplistas de atividade física ou laboral, será de assinalar que nem sempre a explicitação desse entendimento tem sido perseguida no sentido de superar inconsistências e de averiguar a extensão de influência do conceito. O estudo dos entendimentos leigos acerca do termo revela-se, assim, de capital importância, já que permite assegurar que o modelo teórico, e, sobretudo, as políticas que o promovem, tenham significado social e minimizem os perigos de refletirem expectativas culturais para os comportamentos das pessoas (Bowling, 2009). Dada a escassez de reflexões científicas sobre o termo, suas definições, potencial inclusivo e/ou de segregação, talvez termos como “envelhecer bem” remetam para um paradigma mais inclusivo (se bem que mais vago também), já que permitirá às pessoas mais velhas definir elas próprias o que tal significa para elas e, deste modo, indicar o que necessitam para conseguir-lo em face às suas incontornáveis circunstâncias pessoais, sejam elas determinadas pelo inexorável peso da idade, ou pela frequência de problemas de saúde impossibilitadores de um exercício pleno de independência.

De um modo geral, o envelhecimento ativo expressa a conquista do envelhecimento como uma experiência positiva, uma vida longa que deve ser acompanhada de oportunidades contínuas de saúde, envolvimento social e segurança. Não estando circunscrito à capacidade de estar fisicamente ativo ou de fazer parte da força de trabalho, deve considerar leituras subjetivas que permitam manter o envolvimento ajustado com as dimensões individuais, sociais, culturais, espirituais e cívicas tidas como significativas para a pessoa e não para “o grupo dos mais velhos” que é, como se sabe, mas nem sempre se reconhece, altamente heterogéneo. A ênfase na sua perspectiva de ciclo de vida deve, por isso, sentir-se mais presente, como o deverá ser também a preocupação de se refletir sobre a aplicação do termo ao grupo dos muito idosos, considerado, muitas vezes, como um “recurso menos óbvio” para a sociedade pelo caráter menos “produtivo” dos seus comportamentos.

Referências bibliográficas

- ALMEIDA, Mariana (2007), “Envelhecimento: ativo? Bem sucedido? Saudável? Possíveis coordenadas de análise”, in *Forum Sociológico*, 17, 17-24.
- ANGUS, J.; REEVE, P. (2006), “Ageism: a threat to ‘aging well’ in the 21st century”, in *Journal of Applied Gerontology*, 25 (2), 137-152.
- AVRAMOV, Dragana; MASKOVA, Miroslava (2003), *Active Ageing in Europe*, CEP, Strasbourg.
- BALTES, Paul; BALTES, M. (1990), “Psychological perspectives on successful aging. The model of selective optimization with compensation”, in Paul Baltes e M. Baltes (Eds.), *Successful Aging: Perspectives from the behavioral sciences*, New York, Cambridge University Press, pp. 1-34.
- BOUDINY, Kim (2012), “‘Active ageing’: from empty rhetoric to effective policy tool”, in *Ageing & Society*, First view article, 1-22.
- BOUDINY, Kim; MORTELMANS, Dimitri (2011), “A critical perspective: Towards a broader understanding of ‘active ageing’”, in *Electronic Journal of Applied Psychology*, 7 (1), 8-14.
- BOWLING, Ann (2006), “Successful ageing from older people’s perspectives. Results from a British survey of ageing”, in *European Journal of Ageing*, 3, 123-136.
- (2008), “Enhancing later life: How older people perceive active ageing?”, in *Ageing & Mental Health*, 12, 293-301.
- (2009), “Perceptions of active ageing in Britain: divergences between minority ethnic and whole population samples”, in *Age and Ageing*, 38, 703-710.
- BUYS, Laurie; MILLER, Evonne (2012), “Active Ageing: developing a quantitative multidimensional measure”, in G. Boulton-Lewis e M. Tam (Eds), *Active Ageing, Active Learning. Education in the Asia-Pacific Region: issues, concepts and prospects*, 15 (2), pp. 103-118.
- CLARKE, Amanda; WARREN, Lorna (2007), “Hopes, fears and expectations about future: what do older people’s stories tell us about active ageing?”, in *Ageing & Society*, 27 (4), 465-488.
- DEEP, Colin; JESTE, Dilip (2006), “Definitions and predictors of successful aging: A comprehensive review of larger quantitative studies”, in *American Journal of Geriatric Psychiatry* 14 (1), 6-20.
- (2010), “Phenotypes of successful aging: historical overview”, in Colin Depp e Dilip Jeste (eds.), *Successful Cognitive and Emotional Aging*, USA, American Psychiatric Publishing, Inc, pp. 1-14.
- EU (2011), *How to promote active ageing in Europe. EU support to local and regional actors*, Brussels, AGE Platform Europe, Committee of the Regions and the European Commission.
- EU (2012), *Active ageing and solidarity between generations - a statistical portrait of the European Union 2012*, Luxembourg, Publications Office of the European Union.

- FABER, Margaret [et al.] (2008). “Successful aging in the oldest old - who can be characterized as successfully aged?”, in *Arch Intern Med*, 161, 10-24.
- FARIAS, Rosimeri; SANTOS, Sílvia (2012), “Influência dos determinantes do envelhecimento ativo entre os idosos muito idosos”, in *Texto Contexto Enfermagem*, 21 (1), 167-176.
- FERNÁNDEZ-BALLESTEROS, Rocío (2009), *Envejecimiento Activo. Contribuciones de la Psicología*, Madrid, Ediciones Pirámide.
- (2011), “Positive ageing: objective, subjective, and combined outcomes”, in *Electronic Journal of Applied Psychology*, 7 (1), 22-30.
- FERNANDEZ-BALLESTEROS, Rocío [et al.] (2010), “The concept of 'ageing well' in ten Latin American and European countries”, in *Ageing & Society*, 30, 41-56.
- FERNÁNDEZ-BALLESTEROS, Rocío [et al.] (2011), “Productivity in old age”, in *Research on Aging*, 33 (2), 205-226.
- GIL, Ana Paula (2007), “Envelhecimento ativo: complementaridades e contradições”, in *Fórum Sociológico*, 17, 25-36.
- GONDO, Yasuyuki (2012), “Longevity and successful ageing: implications from the oldest old and centenarians”, in *Asian Journal of Gerontology and Geriatrics*, 7, 39-43.
- HANK, Karsten (2010), “How "successful" do older Europeans age? Findings from SHARE”, in *Journal of Gerontology: Social Sciences*, 66, 230-236.
- HOLSTEIN, Martha; MINKLER, Meredith (2007), “Critical gerontology: reflections for the 21st century”, in Miriam Bernard e Thomas Scharf (Eds.), *Critical Perspectives on Ageing Societies*, Cambridge, Policy Press, pp. 13-26.
- HUTCHISON, Terese; MORRISON, Paul; MIKHAILOVICH, Katja (2006), *A Review of the Literature on Active Ageing*, University of Canberra, Healthpact Research Centre for Health Promotion and Wellbeing.
- LOPES, Alexandra; GONÇALVES, Carlos (2012), “Envelhecimento ativo e dinâmicas sociais contemporâneas”, in Constança Paúl e Oscar Ribeiro (Coord.), *Manual de Gerontologia. Aspectos biocomportamentais, psicológicos e sociais do envelhecimento*, Lisboa, LIDEL, pp. 203-229.
- MACHADO, Paulo (2007), “Refletindo sobre o conceito de envelhecimento ativo, pensando no envelhecimento em meio urbano”, in *Fórum Sociológico*, 17, 53-63.
- MARHÁNKOVÁ, Jaroslava (2011), “Leisure in old age: disciplinary practices surrounding the discourse of active ageing”, in *International Journal of Ageing and Later Life*, 6 (1), 5-32.
- MARTIN, Ignacio; GUEDES, Joana; GONÇALVES, Daniela; CABRAL-PINTO, Fernando (2006), “O desenvolvimento do paradigma do envelhecimento produtivo: Os novos papéis dos seniores na sociedade”, in Agustín Requejo Osório e Fernando Cabral Pinto (Coords.), *Pessoas Idosas: Contexto Social e Intervenção Educativa*, Lisboa, Edições Piaget, pp. 203-223.

- PAÚL, Constança; RIBEIRO, Oscar; TEIXEIRA, Laetitia (2012), “Active ageing: an empirical approach to the WHO model”, in *Current Gerontology and Geriatrics Research*, ID 382972, 10 pages, doi: 10.1155/382972.
- PHELAN, Elizabeth; ANDERSON, Lynda; LACROIX, Andrea; MARSON, Eric (2004), “Older adults’ views of ‘successful aging’ – how do they compare with researchers’ definitions?”, in *JAGS*, 52, 211-216.
- PHELAN, Elizabeth; LARSON, E (2002), “Successful aging – where next?”, in *JAGS*, 50, 1306-1308.
- RANZIIN, Rob (2010), “Active Ageing – another way to oppress marginalized and disadvantaged elders? Aboriginal elders as a case study”, in *Journal of Health Psychology*, 15 (15), 716-723.
- RIBEIRO, Oscar; PAÚL, Constança (2011), “Envelhecimento Ativo”, in Oscar Ribeiro e Constança Paúl (Coord.), *Manual de Envelhecimento Ativo*, Lisboa, LIDEL, pp. 1-12.
- RIBEIRO, Oscar; PAÚL, Constança; TEIXEIRA, Laetitia (2011), “Active ageing and the role of age”, in *International Psychogeriatrics*, 23, Supp.1, S279.
- ROWE, John; KAHN, Robert (1997), “Successful aging”, in *The Gerontologist*, 37 (4), 433-440.
- SIMÕES, António (2011), “Um modelo mal sucedido de envelhecimento bem-sucedido?”, in *Psicologia, Educação e Cultura*, XV, 1, 7-27.
- STENNER, Paul; MCFARQUHAR, Tara; BOWLING, Ann (2011), “Older people and ‘active ageing’: subjective aspects of ageing actively”, in *Journal of Health Psychology*, 16 (3), 467-477.
- STRAWBRIDGE, William; WALLHAGEN, Margaret; COHEN, Richard (2002), “Successful aging and well-being: self rated compared with Rowe and Kahn”, *The Gerontologist*, 42 (6), 727-733.
- VENN, Susan; ARBER, Sara (2011), “Day-time sleep and active ageing in later life”, in *Ageing & Society*, 31, 197-216.
- WALKER, Alan (2008), “Commentary: The emergence and application of active aging in Europe”, in *Journal of Aging & Social Policy*, 21, 75-93.
- World Health Organization (2002), *Active Ageing: a Policy Framework*, Geneva, World Health Organization.